

# História, Democracia e Revolução no pensamento de Alexis de Tocqueville

Maurício N. Ouyama<sup>1</sup>

Por que uma revolução, que já se esboçava em outras partes da Europa, eclodiu primeiro na França? Por que os franceses, que a deflagraram em nome da liberdade, abandonaram tão cedo esse ideal? Como as mudanças efetuadas pela Revolução Francesa já estavam presentes de forma incognoscível, durante o Antigo Regime? Tais questões, levantadas por Alexis de Tocqueville há mais de um século, ainda fazem eco no presente.

Tocqueville, como afirmou François Furet, “não pertence à raça dos historiadores voltados para a estranheza do tempo, a poesia do passado, ele pertence inteiramente a um outro tipo de curiosidade histórica, na qual a reflexão sobre a atualidade serve como ponto de partida para uma pesquisa de filiação ( ... )”<sup>2</sup>. Em seu prefácio de **O Antigo Regime e a Revolução**, Tocqueville declara: “o livro que publico agora não é uma História da Revolução, História que foi feita com demasiado brilho para que eu chegue a sonhar em refazê-la, trata-se de um estudo sobre esta Revolução”<sup>3</sup>.

Esta História-interpretação pretendida por Tocqueville deriva de sua sensibilidade em relação ao presente. Os dois temas articulados por ele, a Revolução e a Democracia, são marcados pela sua reflexão sobre a atualidade. A análise sobre a Democracia americana, por exemplo, é feita a partir da intuição de que a América é o futuro da Europa. Ele foi estudar a questão da Democracia nos Estados Unidos, não para ali encontrar a infância da Europa, mas para adivinhar o seu futuro.

Tocqueville foi, sem dúvida, um homem instigante. Alguém já disse: “Tocqueville está entre o passado e o futuro”. Por tal razão, não esteve livre de contradições, de ambigüidades. O séc. XX acabou por recuperar Tocqueville, definindo-o como alguém que foi capaz de colocar questões daquela sociedade que seus contemporâneos não haviam detectado. São diversos os autores que procuraram recuperar Tocqueville, tentando fazer uma leitura da sua obra à luz de novas questões. Foi nos anos 50, contudo, que a sua obra começou a sofrer releituras. Raymond Aron estimulava uma reflexão sobre os regimes democráticos centrado na leitura de **Democracia na América**. Na década

<sup>1</sup> Graduação - História/UFPR.

<sup>2</sup> FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1989, p.145

<sup>3</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. Brasília : Universidade de Brasília, 1979, p. 44.

seguinte, sociólogos, filósofos e etnólogos aprofundaram questões acerca da concepção *tocquevilliana* de cultura democrática. Um terceiro momento pode ser localizado nos anos 70, em que François Furet e outros historiadores franceses deram ao trabalho de Tocqueville, **O Antigo Regime e a Revolução**, um lugar de destaque na interpretação da História da França. Mas, por quê essa atualidade em Tocqueville? Por quê recuperar Tocqueville?

Tocqueville vinha de uma linhagem nobre da Normandia, os Clérel. Nasceu em 1805. Uma parte dessa família estabeleceu-se, desde os longínquos anos de 1590, no feudo de Auville, pertencente à paróquia de Tocqueville. Em 1661, os Clérel, em disputa com a família Leverrier, tomaram o feudo da paróquia de Tocqueville. No séc. XVIII, essa família, graças à uma hábil política matrimonial, conquistou a preeminência social nos quadros da nobreza. O avô de Alexis, Bertrand Bonaventure, era chamado de “*Cavaleiro de Tocqueville*” (ele acabaria, mais tarde, guilhotinado pela Revolução).

Alexis pertenceu à *nobreza de toga*, ou seja, uma burguesia que recebeu títulos de nobreza. Seu pai, Herve Bonaventure, sofreu perseguições durante o Terror, mas conseguiu integrar a nobreza instaurada na Restauração, tendo recebido de Luís XVIII, o título de conde. Foi nomeado *par* do reino e, como hábil administrador, conseguiu recuperar boa parte dos bens que havia perdido na época do Terror. Isso proporcionaria à Alexis e seus irmãos uma relativa tranqüilidade durante os anos conturbados.

A formação intelectual de Tocqueville inicia em Paris, onde cursa Direito. Sua pesquisa em torno da Democracia americana começa quando ele é enviado aos Estados Unidos para conhecer o sistema penitenciário norte-americano. Na verdade, a visita de Tocqueville à América, mais do que motivada pela tarefa de conhecer o sistema penitenciário, situava-se na trilha da Pátria onde tinham vingado dois ideais por ele cultivado: a Liberdade e a Democracia.

Em **O Antigo Regime e a Revolução**, Tocqueville apresenta uma obra fora do estilo clássico das “Histórias das Revoluções”, ignorando o relato. Tocqueville não cita os seus autores, embora seja notório que tenha sofrido influência de Thiers, Lamartine e mesmo de Michelet: “...se *Tocqueville rompe com a tradição antiga dos historiadores* (...) de criticar ou recopiar seus predecessores é menos por desprezo do que pela preocupação em situar o seu trabalho diferente da História-relato.”<sup>4</sup>. A peculiaridade de Tocqueville está em escrever a História a partir de certos problemas-chaves, a partir dos quais constrói uma interpretação geral da Revolução. Tocqueville rompe com a

<sup>4</sup> LEFORT, Claude. Pensar a Revolução na Revolução Francesa. In: **História : Questões e Debates**. Curitiba: ano 6, n.10, Jun. 1985, p. 4.

preocupação em torno da *História acontecimental*, modalidade em que a ocupação maior é a reconstrução dos fatos, fundada sobre a observação exata, para muitos historiadores, uma História ingênuas e dogmáticas.

Em **O Antigo Regime e a Revolução**, o autor procura sustentar que a Revolução não foi, senão, a explosão local, particularmente violenta, de idéias universais. Em Tocqueville, a idéia de continuidade é mais forte. Não houve, segundo ele, rupturas significativas. A Revolução foi, no fundo, uma passagem do Absolutismo ao Consulado, ao Império...não foi, senão, a confirmação do governo central. A República jacobina trouxe a idéia de *centralizar para democratizar*. Contudo, para Tocqueville, isso já tinha sido obra do Antigo Regime. A Revolução centralizou a nação: uma língua, unificação constitucional e administrativa. Esse centralismo administrativo e político era uma necessidade para a unidade nacional. Portanto, a principal característica da revolução seria a formação de um Estado democrático centralizado. Uma idéia bem diferente da tese clássica sobre a História da Revolução Francesa na visão marxista: a de que a Revolução burguesa, com o apoio do campesinato e das massas populares urbanas permitem a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista e a Revolução Francesa como responsável pela fundação da nação e da emancipação da sociedade.

Durante muito tempo, a figura de Tocqueville esteve vinculada àquele cuja posição era adversa à Revolução. Destacam-lhe o “conservadorismo” e tendem a interpretar sua obra como produto de sua posição social, como resultado de alguém que tinha sofrido na pele os excessos da Revolução. Contudo, tais rótulos não permitem abranger a riqueza de sua análise.

A influência de Guizot foi decisiva: durante 1829-30, Tocqueville freqüentou os cursos que ele ministrou na Sorbonne sobre História da França. Dizia-se que era um “ouvinte atento” que “*tomava notas, nas quais se vê a admiração do discípulo*”<sup>5</sup>. De Guizot, Tocqueville bebeu as principais idéias dos *liberais doutrinários* da sua época: terminar a Revolução, construir um governo representativo de caráter estável, estabelecer um regime que garanta a liberdade e que se fundamente na Razão, tais eram os seus objetivos. Tocqueville era um liberal, o que, no contexto de seu tempo, implicava em ser a favor da Restauração. Sua visão pode ser considerada peculiar, pois, ao contrário de seus pares, ele se afasta do radicalismo ao repudiar a ilusão de uma volta ao passado: ele vê 1789 como uma ruptura definitiva na História. Certamente, Tocqueville deve ter compartilhado o sentimento de pertencer à uma geração obscura no momento de transformações. Talvez, a principal questão em Tocqueville seria a de refletir sobre o destino de uma aristocracia em uma sociedade democrática.

<sup>5</sup> Cf. citação de François Mélonio. In: VELEZ RODRIGUES, R. A *Democracia liberal segundo Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Mandarin, 1998, p. 78.

A investigação de Tocqueville estrutura-se em três pontos. No Primeiro Livro, ele concentra-se na Revolução: essência, finalidade, os acontecimentos, analisando os seus aspectos, o que criou, o que destruiu. Ele dá ênfase, particularmente, para o fato de a Revolução ser uma forma violenta de derrubar as antigas instituições, enquanto quase toda a Europa passava pelo mesmo processo sem violências. No Livro Segundo, o autor considera a idéia da existência de um processo histórico que levaria, inevitavelmente, ao desfecho revolucionário. No Terceiro Livro, Tocqueville ocupa-se especialmente com os letRADos que, segundo ele, conceberam a Filosofia Política do séc. XVIII: que consistia em substituir os costumes tradicionais por uma sociedade regida pela "Razão". É nesse ponto que Tocqueville introduz o papel dos intelectuais e suas idéias. As idéias dos *philosophes*, especialmente de Rousseau, foram adotadas pelos líderes da Revolução e transmitida às massas em linguagem simples e sugestiva com o propósito de criar apoio político. Nesse contexto, o papel dos intelectuais era o de mobilizar as massas. Esse papel estava claro: cabia aos intelectuais definir o lugar das massas, de reforçar suas expectativas e fantasias afim de assegurar o apoio político. De um lado, eles eram sistematizadores de um saber, capazes de manipular a linguagem e ampliar o seu poder de comunicação, de outro, eles foram capazes de unir suas idéias às aspirações e sentimentos do povo. Com isso, podemos entender porquê Tocqueville dá aos escritores do séc. XVIII um papel de destaque na Revolução.

O período de maturação de uma obra como **O Antigo Regime e a Revolução** foi muito longo. As idéias básicas de sua tese já haviam sido publicados em um artigo sob o título de "État social et politique de la France avant et depuis de 1789". Embora, nesse texto, ele trate mais especificamente do Antigo Regime do que da Revolução. O autor trabalhou em sua tese entre 1850 à 1856, donde data a primeira edição. Nesse período, as obras de maior peso que haviam sido publicadas eram: *L'Histoire des girondins* de Lamartine; a primeira parte da *Histoire de la Revolution Française* de Michelet, e a *Histoire de la Revolution* de Thiers, autores com os quais Tocqueville certamente teve estreito diálogo. Para tal estudo, utilizou-se de um corpo documental bastante vasto: atos públicos dos Governos, processos verbais das assembléias provinciais, e cadernos elaborados pelas 3 Ordens em 1790, além de uma literatura panfletária, muito numerosa no período revolucionário.

**O Antigo Regime e a Revolução** corresponde, na sua agitada vida intelectual, à obra de maturidade. Podemos situá-la no contexto do despotismo de Luís Napoleão, o qual era radicalmente contra. Ele havia sido preso junto com outros membros da Câmara dos Deputados. Diz-se que jamais o perdoou, pois considerava o golpe de 1851 uma afronta à representação nacional e a perda das liberdades políticas. Havia assistido ao episódio com profunda

tristeza: “O que acaba de acontecer em Paris é abominável ( ... ). É necessário que a nação, que nos últimos 34 anos tem esquecido o que é o despotismo burocrático e militar o prove de novo e, desta vez, sem nenhum ornato nem grandeza da glória”<sup>6</sup>.

Tendo abandonado a vida pública ele inicia a obra projetada. Tocqueville segue o modelo de Montesquieu em **Considerações sobre as Causas da Grandeza dos Romanos e de sua Decadência**. Montesquieu trabalhou com uma História que, poder-se-ia dizer, de *longa duração*, com uma temporalidade muito longa, livre de fatos secundários. Tocqueville ao contrário, trabalhou com um processo relativamente curto no qual os fatos determinantes ficaram atrelados aos detalhes. Mesmo assim, a principal característica de **O Antigo Regime**... não é a ressurreição do passado, nem tampouco o simples relato e sim a investigação sobre o futuro da França contemporânea. Em Tocqueville o vôo sobre a História não pôde estar desvinculado da teoria explicativa. Tocqueville pretendia realizar na sua obra um misto de história e de filosofia da história. Certa ocasião, escreveu para o seu amigo Gustave de Beavemont, sobre a idéia de escrever um novo livro: “...tinha que ser contemporâneo e fornecer-me os meios de combinar os fatos com as idéias e a filosofia da história com a história em si ( ... ), poder-se-ia fazer um livro culto, talvez que tivesse um ou dois volumes, que interessaria e poderia ter grandeza”<sup>7</sup>.

Um livro que tivesse “interesse” e “grandeza”, eis o vínculo de Tocqueville com a História. Para ele, o importante não era escrever uma História do Antigo Regime ou da Revolução e sim analisar as suas causas, o caráter e o alcance dos grandes acontecimentos: a narração dos fatos não seria a meta do livro. Os fatos só serviam, de certa maneira, para constituir a base sólida e contínua na qual iria apoiar-se as suas idéias, não somente sobre a sua época, mas sobre a direção dada pela Revolução e sobre o destino de toda a Europa. Daí destaca-se sua capacidade excepcional em pensar em termos de “tendências”, de colocar-se à meio caminho entre a realidade empírica ( os fatos ) e a interpretação, o que já indica o seu distanciamento de um tipo de História denominada por Lucien Febvre e Marc Bloch como *Histoire Evénementielle*.

Para Dilthey, Tocqueville era “o maior historiador do séc. XIX”, e o fundador da História Nova. Raymond Aron o coloca como um dos pensadores clássicos da Sociologia moderna, ao lado de Marx, Durkheim e Max Weber, embora tal comparação não deixe de sofrer certa estranheza. Seria interessante,

<sup>6</sup> VELEZ RODRIGUES, op. cit, p. 120.

<sup>7</sup> TOCQUEVILLE, **O Antigo Regime**..., p.27.

então, confrontar Tocqueville com os seus contemporâneos na tentativa de construir um panorama do ambiente intelectual de seu tempo<sup>8</sup>.

O contraste entre Tocqueville e Marx, por exemplo, é evidente (seria interessante confrontar **Lembranças de 1848** de Tocqueville com o **18 Brumário** de Marx), tanto pela sua posição social quanto pelo engajamento político. Contudo, é preciso insistir em alguns pontos.

A aproximação de Marx e Tocqueville pode ser apreciada, sobretudo, pela idéia de uma “*História como processo*”. Como Marx, Tocqueville acredita que os atores sociais estão subordinadas à uma força maior, que lhes escapa do controle. Portanto, o principal eixo é a visão teleológica da História<sup>9</sup>.

Também a idéia de repetição estão presentes em ambos. Em Marx, ela decorre da dificuldade de nomear o novo. Para Tocqueville, a História está continuamente movendo-se em torno de repetições: “*Vê-se que a História é uma galeria de quadros, com poucas obras originais e muitas cópias*”<sup>10</sup>, escreveu.

Podemos, ainda, aproximar o de Michelet. De Michelet, assim como da maioria dos intelectuais que precederam a Revolução de 1848, Tocqueville compartilha a idéia de que todas as revoluções (ou quase todas) são boas. Para eles, o povo era visto como uma massa, não dividida em classes, o que levava à uma interpretação reconciliadora da Revolução. Existia, entre eles, a mística do povo: a idéia de que a nação francesa havia nascido da Revolução<sup>11</sup>. Contudo, mais do que as idéias em comum, é interessante notar-lhes as diferenças. A diferença da maneira com que ambos pensavam e escreviam História é flagrante.

Michelet constitui-se numa referência obrigatória para aqueles que, atualmente (ou até pouco tempo), defendem a Nova História. Febvre e Braudel consideravam-no o “*pai da História Moderna*”, embora outros historiadores o tenham criticado pela falta de uma objetividade que nunca louvou. Era o preço de uma imaginação poderosa.

Poucos, antes de Michelet, haviam explorado os arquivos franceses. As fontes dos principais livros de História eram, em geral, referências bibliográficas e não fontes primárias. No Prefácio de 1869, Michelet havia escrito que nenhum historiador, antes de seu 3 volume, havia se preocupado em procurar fatos fora dos livros impressos e que era o primeiro a usar peças

<sup>8</sup> A respeito dessa discussão, consultar o artigo de Ana Maria Burmester, em que ela procura mapear a idéia de Revolução em Tocqueville através de uma discussão sobre a época, os contemporâneos e finalmente, aqueles que, no séc. XX, fizeram a interpretação da sua produção teórica. Cf. Burmester, Tocqueville e a Revolução. In : PAZ, Francisco (org.). **As Aventuras do Pensamento**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1993. P. 58-67.

<sup>9</sup> ibid, p.63

<sup>10</sup> ibid, p.63.

<sup>11</sup> ibid, p.64

inéditas: “é a primeira vez que a história tem uma base tão sólida”<sup>12</sup>. Em princípios da década de 1830, Michelet recebeu um cargo importante: foi nomeado conservador dos arquivos, Chefe do Setor de História. Pela primeira vez, desde então, Michelet teve contato com a correspondência oficial e os estatutos da França: “naquelas galerias solitárias por onde caminhei, por mais de 20 anos, naquele silêncio profundo, vieram a mim os sussurros das almas que sofreram há muito tempo. O passado, o verdadeiro passado da França, surgiu como um relâmpago”<sup>13</sup>. Michelet chamou esse momento de “Alvorada de Julho”, momento decisivo na sua produção, pois foi ali que ele teve o contato com a História da França, que eclodiu em toda a sua riqueza: “Fez-se uma luz e vi a França”, escreve Michelet no célebre prefácio do clássico **História da França**.

Michelet foi um arquivista consciencioso, demonstrou enorme apetite pelo documento. Roland Barthes o definiu como um “devorador de História”, pois debruçou-se à uma disciplina monacal sobre as fontes para satisfazer o seu apetite insaciável. Porém, para Jacques Le Goff, o documento, não foi senão um trampolim para a sua imaginação, como uma espécie de “muletas da erudição”: “a erudição não passa (em Michelet), de um andaime que o artista, o historiador, deverá retirar logo que a obra esteja realizada.”<sup>14</sup>

Aparentemente, Michelet pertence ao lado mais literário da História, apesar de a historiografia do séc. XIX, sobretudo após Ranke, ter-se distanciado cada vez mais da literatura em busca de uma História enquanto Ciência.

Michelet definiu o seu ofício de uma forma um tanto desajeitada: considerava-se um “ressuscitador”. Daí reside a principal diferença entre a maneira com que ele e Tocqueville escreviam História. Para Tocqueville, a preocupação com a História deriva muito do seu comprometimento com a atualidade. Tocqueville assemelha-se muito mais à um Tucídides do que à qualquer historiador do seu tempo. Tocqueville, retomando aquela citação de Furet, não era um historiador que se preocupava com a História pela “estranheza do tempo”, ou pela “poesia do passado”, sua erudição não era como “muletas da ciência”, como um trampolim para a imaginação. Sua preocupação deriva da sua reflexão sobre o presente. Para Michelet, importa “fazer os documentos falarem por si”. Os arquivos eram como “Cemitérios da História”, fazendo reviver aquelas “almas que sofreram há tanto tempo e que agora estavam sufocadas no passado”. Recriar a vida, fazer ouvir os “silêncios” da História, constituía-se na sua obsessão. Michelet era um

<sup>12</sup> LE GOFF, Jacques. As Idades Médias de Michelet. In : **Para um novo conceito de Idade Média** : Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1977, p.19.

<sup>13</sup> ibid, p. 20

<sup>14</sup> ibid, p. 21.

necromante: “eu amava a morte”<sup>15</sup> - era um obcecado pelo desejo de entrar em contato com os mortos e conseguir decifrar a sua natureza. Para Michelet, os documentos tinham vozes que era preciso ouvir: “...tirei este volume em grande parte dos Arquivos Nacionais ( ... ), não tardei a aperceber-me que havia, no aparente silêncio dessas galerias, um movimento, um murmúrio que não era de morte ( ... ), todos viviam e falavam ( ... ) e a medida que lhes soprava a poeira, via-os erguerem-se do sepulcro, um à mão, outro à cabeça, tal como no Juízo Final de Miguelângelo ou na Dança Macabra”<sup>16</sup>.

Podemos, finalmente, alinhar, um tanto desajeitadamente<sup>17</sup>, uma terceira concepção de História: a de Nietzsche. Pensar em Nietzsche e a História remete-nos, obrigatoriamente ao famoso texto (pelo menos entre nós, historiadores), “**Da utilidade e dos inconvenientes da História para a vida**”<sup>18</sup>.

A memória, a lembrança, o retorno ao passado (em outras palavras, a História), são características do ser humano, escreveu Nietzsche. O animal não é um *ser-histórico*, ele apenas vive o seu presente. Sem História, o homem iguala-se ao animal:

“Observe-se o rebanho que pasta, ignora que foi ontem e o que é hoje. Volteia, retouca, repousa, rumina, agita-se de manhã à noite, dia após dia, ligado ao seu prazer e à sua dor, ao impulso do instante, sem melancolia nem saciedade. É duro para o homem ver isso, porque orgulha-se da sua humanidade quando se compara com o animal, cuja felicidade, no entanto, inveja”<sup>19</sup>

O animal vive uma vida *não-histórica*, porque é absorvido pelo presente. A História é consciência. Daí a inveja que o homem tem do animal. Inveja-lhe a felicidade. Mas, se História é ter **consciência**, qual a vantagem do animal em ser feliz se não o sabe, se não têm consciência de ser feliz?

A História aprisiona o homem no passado. Poder-se-ia viver uma vida sem História? Podemos aprender a esquecer? Viver uma vida fora da História? Lembremos de **Funes, el memorioso** de Jorge Luís Borges, o homem que era capaz de esquecer. Para ele o mundo não era mais do que vaga lembrança, no qual ele vivia completamente o presente: “*En el abarrotado mundo de Funes*

<sup>15</sup> Ibid, p. 20

<sup>16</sup> Ibid, p.20.

<sup>17</sup> Apesar de Nietzsche não ter sido efetivamente contemporâneo de Tocqueville (sua produção data do final do séc. XIX enquanto Tocqueville escreveu suas principais obras durante a primeira metade daquele século) é importante para entendermos a História sob a ótica de uma Filosofia da História do séc. XIX.

<sup>18</sup> NIETZSCHE, Friederic. **Da utilidade e dos inconvenientes da História para a vida**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

<sup>19</sup> Ibid, p. 105

*no habia sino detalhes, casi immediatos*<sup>20</sup>. Essa é a principal reflexão de Nietzsche: não cabe ao homem ser totalmente *não-histórico*, pois, com isso, ele perderia a sua humanidade, igualando-se aos animais. Por outro lado, também não cabe à ele ser completamente histórico. Daí a sua argumentação atinge o ponto mais instigante: a de que o excesso de História torna o homem débil. Faz o homem viver no passado. O excesso de História, para Nietzsche, leva o homem a se anular no presente, faz ele achar que todos os fatos gloriosos aconteceram no passado, e que nada mais resta à ser feito: uma espécie de *voyeurismo histórico*. Nietzsche considerava a História um “*precioso e supérfluo luxo do conhecimento*”<sup>21</sup>. Destarte, importa observar em Nietzsche o seu desprezo pelo excesso de senso histórico, pois acreditava que isso levava mortalmente à um culto insensato do passado.

“*De resto, abomino tudo aquilo que me instrui sem aumentar e estimular diretamente minha atividade*”. É com essa reflexão de Goethe que Nietzsche inicia suas considerações sobre o valor/ não-valor da História. Permita-nos abrir um parênteses para discorrer sobre a concepção de História de Nietzsche. Para ele, a História deveria ser um conhecimento à serviço da vida. Não existia, para Nietzsche, uma única História, “científica”, “verdadeira”, uma História objetiva. Havia várias maneiras: cada indivíduo, nação e civilização necessitava de diferentes tipos de História.

Nietzsche encontra 3 motivos que levam alguém à fazer História: faz-se História *porque se é ativo e ambicioso*; faz-se História *porque se tem prazer em conservar e venerar*; e faz-se História *porque sofre e tem-se necessidade de libertação*. À cada uma dessas razões corresponde um tipo de História. O homem ativo e ambicioso retoma passado em função de suas necessidades vitais, ligadas à ação do presente e à ambição do futuro, esse homem faz uma **História monumental**. O homem que sente prazer em conservar e venerar volta-se ao passado com tais objetivos para fazer uma **História tradicionalista**. O homem oprimido e sofredor volta-se ao passado em busca das razões de sua situação presente e em busca de libertação, ele faz uma **História crítica**<sup>22</sup>.

Nietzsche defende que o homem têm necessidade de História, mas tende a desprezar o seu uso “*ocioso e requintado nos jardins do saber*”<sup>23</sup>. Para Nietzsche, precisamos de História para a vida, para a ação.

<sup>20</sup> BORGES, Jorge Luís. *Ficciones*. In: *Obras Completas*. Buenos Aires: Emécé, 1974, p. 490  
<sup>21</sup> APUD: NETO, J. B. Nietzsche e a História. In: *História : Questões & Debates*, , n18-19, Jun/Dez de 1989, p.351.

<sup>22</sup> NIETZSCHE, F. *Da utilidade e dos inconvenientes...*, p. 105.

<sup>23</sup> Ibid, p.117-141

<sup>23</sup> ibid, p. 105.

O século de Tocqueville, o séc. XIX, foi um momento privilegiado do ponto de vista da reflexão histórica. Foi o momento de questionamentos, de interrogações, e no limite, de crise.

Nietzsche, Tocqueville, Marx, Michelet, Burckhardt, Ranke, grandes pensadores que, apesar de suas divergências, realizaram uma profunda revolução de conceitos e métodos que seriam responsáveis pelas bases da historiografia contemporânea. No séc. XIX, afinal, a História ganha o seu campo e o seu método. Torna-se nesse sentido, uma ciência “objetiva”, “positiva”.

Durante muito tempo, a História não constituía-se enquanto disciplina acadêmica, pois estava dividida, sobretudo, entre dois ramos do saber: a filosofia e a erudição<sup>24</sup>. Com efeito, era praticada pelos *antiquarii*, especialistas do antigo “escondidos por detrás de conhecimentos estreitos, esotéricos, eruditos e manejando línguas desaparecidas”<sup>25</sup>. Desta tradição surge a História, mas não uma História, tal como a entendeu o séc. XIX, não era uma História crítica. No séc. XVI, quando se pretendia forjar uma identidade que se vinculasse à Antiguidade, os *moderni* limitaram-se à comentar obras de historiadores antigos como Lívio, Tucídides e Tácito. Quando não queriam resumir-se à isso, escreviam sobre “antiguidades”, sobre “coisas antigas”: moedas, inscrições, vestígios, etc. Assim, o *antiquarii* não era um historiador. A partir da segunda metade do séc. XVII, quando surge uma idéia de uma História Universal composta a partir de Histórias menores, o *antiquarii* tornou-se um crítico da História. O estudo da Antiguidade torna-se o seu campo de atuação: a *ars antiquaria*. O *antiquarii*, não era um historiador, mas podia escrever História. Contudo, no séc. XVII, a História ainda era um gênero literário, “era trabalho de escritor”<sup>26</sup>.

O Século das Luzes, ao invés de unir o fosso entre a *ars antiquaria* e a História, ao contrário, vai tornar a fenda mais profunda. A *História filosófica* vai opor-se à História feita pelos *antiquarii*. O séc. XVIII vai fazer violentas críticas contra a crenças religiosas que se apoiavam na tradição histórica. Ao destruir os milagres, o racionalismo pôs em dúvida a própria noção de fato histórico. A destruição dos dogmas trouxe insegurança e confusão.

A *História filosófica*, por outro lado, tem uma característica: a busca da origem da nação. Não pela procura dos antepassados, como fez o séc. XIX. O Século das Luzes irá procurar nas origens da nação a fonte para o contrato social e a legitimação da nobreza. Com efeito, nesse período, a História não poderia constituir-se como disciplina, pois os dois ramos do conhecimento: a

<sup>24</sup> Cf. FURET, F. *Oficinas da História*. Lisboa: Gradiva, 1987.

<sup>25</sup> Ibid, p. 109

<sup>26</sup> ibid, p. 112.

erudição e a filosofia, eram demasiados hostis entre si para constituir um saber homogêneo.

No séc. XIX abre-se um período vitorioso para a reflexão histórica. A partir desse momento a História passa a constituir uma espécie de “pedagogia do cidadão”, pois torna-se um saber indispensável para a formação do indivíduo e capaz de desenvolver-lhe o seu patriotismo. Tratava-se de formar uma ciência social que investigasse a diversidade das sociedades do passado e o sentido da sua evolução. O passado é exposto de forma “genealógica”, a partir daquilo que se pretende anunciar: o progresso. Daí a ênfase no período contemporâneo em detrimento do passado. A visão teleológica da História, a idéia de progresso, tão cara ao séc. XIX. A partir desse quadro, a História ganha o seu campo e o seu método, torna-se um saber, ao mesmo tempo, intelectualmente autônomo, socialmente necessário e tecnicamente ensinável.

O séc XIX foi, enfim, um século confuso, contraditório, difícil de entender. É um século que está se criticando, se pensando constantemente. É o momento de fragmentações, de nacionalismos, de evolução e de progresso. É a idéia de História como “*ciência do devir*”. Enfim, é o século de Tocqueville.

Analizar Tocqueville não é tarefa fácil. Não é fácil defini-lo. **O Antigo Regime e a Revolução** é uma obra erudita clássica, resultado de cinco anos de pesquisas e suas proposições trilham duas questões: a Revolução e a Democracia francesa. Em Tocqueville, a reflexão sobre o presente se construiu a partir de um método comparativo. As características da democracia francesa são postas em relevo a partir da comparação com as democracias americana (que nunca conheceu a sociedade aristocrática) e a inglesa. Em Tocqueville, a comparação geográfica é mais pertinente do que a temporal.

As idéias de Tocqueville têm tido repercussão de maneira irregular. Repercussão raramente atingida por obras eruditas. Nos Estados Unidos, a comparação de sua **Democracia na América** com o modelo americano raramente é abordada de forma favorável. Por outro lado, a obra de Tocqueville tem sido recuperada por um grande número de cientistas sociais a partir da segunda metade do séc. XX, embora ela seja, ironicamente, distorcida por camadas e mais camadas de interpretações.

Recuperar Tocqueville? Por quê Tocqueville tornou-se tão distante do leitor mediano. Tocqueville seria um daqueles notáveis pensadores que, como Nietzsche, pertenciam à posteridade? Ele faz parte da galeria dos autores póstumos?!? Certamente não. Tocqueville não foi marcado pela má sorte. Ele havia sido um pensador importante no seu tempo. A publicação de sua **Democracia na América** deu-lhe o reconhecimento da sociedade francesa. Ele passou a ser convidado habitual dos salões exclusivos de Paris, como a da Duquesa de Dino, ou de Madame de D'Arguesseau, ou de Madame Ancelot,

esse grande círculo que reunia a sociedade culta parisiense. Seu sucesso como escritor contribuiu eminentemente para a sua carreira política, foi membro do Parlamento e Secretário de Assuntos Estrangeiros. A repercussão de sua **Democracia na América** foi tão grande que em pouco tempo lhe deu certa notoriedade no mundo letrado. Em 1836 foi premiado pela Academia Francesa. Villeman, porta-voz da Academia, disse no discurso de entrega: "...não resta à Academia a esperança de coroar tão cedo obras semelhantes"<sup>27</sup>. Portanto, Tocqueville não foi um autor obscuro. Ao contrário, sua obra teve repercussão no presente e, sobretudo, suas reflexões ultrapassaram os limites do tempo a ponto de as questões levantadas, há mais de um século, fazerem eco nos dias de hoje.

Apesar de a sua obra não ser muito extensa, foi interrompida pela morte prematura, não deixa de ser uma obra de peso. Enfim, como podemos entender o autor de **O Antigo Regime e a Revolução?** Um membro da *nobreza de toga* falando sobre a Revolução? Um *conservador*? Um *reacionário*, ou um *liberal*? Não seria correto interpretá-lo de maneira tão anacrônica. O talento, a razão, a amplitude de visão. Por que Tocqueville permanece tão atual?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURMESTER, Ana Maria. Tocqueville e a Revolução. In: PAZ, Francisco (org.). **As Aventuras do Pensamento**. Curitiba : Editora da UFPR, 1993.
- FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Oficinas da História**. Lisboa : Gradiva, 1987.
- LEFORT, Claude. Pensar a Revolução na Revolução Francesa. In: **História: Questões & Debates**.n.6, v.10, 1985.
- LE GOFF, Jacques. As Idades Médias de Michelet. In: **Para um novo conceito de Idade Média** : Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente. Lisboa: Estampa, 1977.
- MICHELET, Jules. **O Povo**. São Paulo : Martins Fontes, 1988.
- NETO, J. B. Nietzsche e a História. In: **História : Questões & Debates**, n.18-19, Jul/Dez, 1989.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Da utilidade e dos inconvenientes da História para a vida**. São Paulo : Martins Fontes, 1976.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1979
- VÉLEZ RODRIGUES, R. **A democracia liberal segundo Alexis de Tocqueville**. São Paulo: Mandarin,1992.

<sup>27</sup> VÉLEZ RODRIGUES, op cit. , p. 71